



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – LICENCIATURA

ANDRÉIA ROTTA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cerro Largo, RS
2015

ANDRÉIA ROTTA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof^ª Ma. Cleusa Inês Ziesmann.

Cerro Largo, RS
2015

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Rotta, Andreia
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA/ Andreia
Rotta. -- 2015.
32 f.

Orientador: Ma. Cleusa Inês Ziesmann.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Biológicas , Cerro Largo, RS, 2015.

1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Formação
Docente. 3. Inclusão. 4. Práticas Pedagógicas. I.
Ziesmann, Ma. Cleusa Inês, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ANDRÉIA ROTTA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientadora: Professora Ma. Cleusa Inês Ziesmann

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
02/dezembro/2015

BANCA EXAMINADORA

Profª orientadora Ma. Cleusa Inês Ziesmann

Profª Ma. Jeize de Fátima Batista

Profª Dra. Serli Genz Bölter

Dedico este estudo à minha mãe e à minha avó, razões da minha vida, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando em todas as minhas decisões, com muito amor, para que nunca me deixasse abater. E, nesse momento, por estarem ao meu lado para juntas realizarmos o sonho da Graduação. Vocês são os meus grandes exemplos de vida que quero seguir.

Às minhas primas Sheila e Larissa, que sempre participaram e me motivaram ao longo desta jornada para a concretização deste sonho acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta caminhada agradeço a Deus, por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis, me proporcionando muitas experiências e grandes ensinamentos no decorrer da graduação. Sua força constante possibilitou-me a superação das inquietações para concluir com sucesso mais essa etapa da minha vida.

À minha família querida – à minha mãe Elizabet, que por ser deficiente auditiva me motivou a sempre lutar por um futuro melhor; à avó Dioclótilde, pelo incentivo e compreensão das minhas ausências. Vocês me proporcionaram o estudo que nunca tiveram, mas viram em mim a realização de um sonho pessoal.

Agradeço, também, às minhas primas Sheila e Larissa, por sempre estarem sempre próximas, me confortando ao longo desta jornada e, assim, tornando-a menos árdua e mais feliz.

Aos meus tios, Luiz e Ângela, que sempre me apoiaram e me ajudaram a lutar pelos meus sonhos e a nunca desistir, apesar das muitas dificuldades que permearam esta jornada.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul, onde conheci a minha orientadora, mestra Cleusa Inês Ziesmann. Com muita sabedoria me mostrou a possibilidade de construirmos uma escola inclusiva, bem como a importância de sermos bons professores nos dias de hoje. Sua presteza me ajudou de todas as formas e em todos os momentos, bons e ruins, sempre me incentivando a seguir em frente, mesmo quando eu achava que tudo estava ruim.

Agradeço, também, a minha banca, às professoras Jeize de Fátima Batista e Serli Gens Bölter, por aceitarem o desafio de ler as minhas escritas e contribuir para o meu sucesso acadêmico.

Da mesma forma, aos professores da Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Antônio Fioravante e do Instituto Estadual de Educação São Francisco Xavier, que se propuseram a dedicar um tempo para me auxiliar nesta pesquisa. Agradeço pelos ensinamentos, pelas tardes de diálogo que me motivaram a seguir nesta área da Educação.

E, finalmente, agradeço a compreensão dos meus amigos Fabiane, Ana Cláudia, Lucas, Ana Lúcia, Jéssica, que foram amizades construídas ao longo da graduação. Suas palavras de motivação foram fundamentais nos momentos em que precisei me ausentar do seu convívio.

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram de uma forma ou de outra ao longo dessa jornada acadêmica.

RESUMO

Este artigo tem como tema central a inclusão de alunos com deficiências nas salas do ensino regular e a formação de professores para o atendimento dessas crianças nas escolas de Educação Básica do município de Porto Xavier, RS. O objetivo do estudo, portanto, é compreender a forma como se dá esse processo de inclusão dos alunos deficientes e a percepção dos professores a respeito dessa nova realidade. Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica com autores que dialogam com a inclusão escolar e a formação docente, fundamentais na análise da realidade observada. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores que atuam nas salas da Educação Básica e com especialistas em salas multifuncionais de duas escolas da cidade. Na etapa seguinte foram realizadas observações que permitiram conhecer as práticas pedagógicas realizadas no atendimento de crianças com deficiências. Toda a análise realizada e apresentada comprova que a escola e os profissionais da educação possuem um papel fundamental no processo inclusivo e na aprendizagem dos alunos com deficiências. Acredita-se, portanto, que é necessário que as instituições de ensino reorganizem as suas ações com vistas às práticas pedagógicas no atendimento de alunos incluídos, a fim de que possam ser respeitados de acordo com o seu desenvolvimento durante o processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Formação docente. Inclusão. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This article is focused on the inclusion of students with disabilities in the rooms of regular education and training of teachers for the care of these children in schools Basic Education of the city of Porto Xavier. The objective therefore is to understand how is this process of inclusion of disabled students and the perception of the teachers regarding this new reality. Initially held up a literature with authors that dialogue with the school inclusion and teacher training, fundamental in the analysis of observed reality. Then semi-structured interviews were conducted with teachers who work in the Basic Education to experts rooms and function rooms in two schools in the city. The next step observations were made that allowed knowing the pedagogical practices carried out in caring for children with disabilities. All the analysis and presented proves that school and education professionals have a key role in the inclusive process and learning of students with disabilities. It is believed, therefore, the need for educational institutions reorganize their actions with a view to pedagogical practices in attendance included students in order for them to be respected in accordance with its development during the learning process.

Key words: Specialized Educational Service. Teacher Training. Inclusion. Pedagogical Practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O CAMINHO PERCORRIDO PARA A PESQUISA	10
3 AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	11
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
5 REFERÊNCIAS	19
ANEXOS	21
APÊNDICES	29

1 INTRODUÇÃO

A escola é a primeira oportunidade que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças, fora do ambiente familiar. Aliado a isso, a escola precisa contemplar a transmissão de conhecimentos científicos, formando cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres e, ao mesmo tempo, preparar os seus alunos para o desenvolvimento pessoal e para o trabalho.

O que se vê, porém, são crianças e adolescentes, portadoras de deficiência, sem o acesso efetivo no que diz respeito aos conhecimentos científicos transmitidos pela escola, ficando, assim, à margem da sociedade. Dessa forma, percebe-se a Educação Inclusiva como a melhor proposta de educação para esses sujeitos com deficiência, que estão segregados e excluídos da sociedade.

Segundo Mendes (2002, p. 61),

A educação inclusiva é uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado de inclusão social, o qual é proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos. O movimento pela inclusão está atrelado à construção de uma sociedade democrática, na qual todos conquistam sua cidadania e na qual a diversidade é respeitada e há aceitação e reconhecimento político das diferenças.

Acredita-se que a escola deva oferecer a todos os alunos, uma educação que respeite as suas necessidades e diferenças, levando em conta o seu tempo de aprendizagem e suas habilidades. Num ensino de qualidade, o respeito às diferenças e às limitações de cada aluno é uma das condições para possibilitar o acesso e a permanência de todos na escola. Isso, inclusive, vem a ser uma reflexão que se torna o ponto de partida da atividade docente.

O presente estudo traz como pano de fundo, uma concepção de educação inclusiva, evidenciando, de maneira específica, os sujeitos incluídos nas escolas de ensino regular, os professores do ensino regular e os professores das salas de atendimento educacional especializado. O amparo legal para esse atendimento especializado está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e na Lei de Diretrizes e Bases – Lei n. 9.394/96, que garante a todos os sujeitos com deficiência, a qualidade e o acesso ao aprendizado e aos direitos dos cidadãos como uma forma de eliminar todas e quaisquer formas de discriminação.

A pesquisa surgiu de interesses pessoais pela área da Educação Inclusiva e pela constatação de que muitos profissionais da Educação, tanto Básica quanto Superior, não estão

devidamente preparados para receber e atender a diversidade na escola regular. Alguns deles certamente não foram contemplados com a discussão durante a sua formação acadêmica. Ademais, há uma falta generalizada de profissionais que possam efetivamente atender os alunos nas instituições de ensino.

Isso posto, percebe-se a importância da formação e qualificação do professor para que possa produzir e desenvolver um ensino que atenda às necessidades e às expectativas dos estudantes. O desafio se mantém mesmo diante de suas limitações, no enfrentamento das questões que permeiam o cotidiano escolar e o tipo de ensino que os professores desenvolvem. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo principal investigar as situações de aprendizagem e a formação docente para o atendimento de crianças com deficiências, em especial aquelas que frequentam o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica do município de Porto Xavier, RS.

2 O CAMINHO PERCORRIDO PARA A PESQUISA

A presente pesquisa insere-se na modalidade de Estudo de Caso, pois conforme refere Yin (2005), essa metodologia possibilita investigar um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real.

A coleta de dados aconteceu na cidade de Porto Xavier, RS, no Instituto Estadual de Educação São Francisco Xavier e na Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Antônio Fioravante. Para a realização deste estudo, em um primeiro momento contactou-se com as direções das respectivas escolas a fim de verificar a possibilidade de fazer as entrevistas e observações e, ainda, propor aos professores participarem das atividades durante o atendimento aos alunos nas salas multifuncionais.

Foram convidados a participar da pesquisa, com observações e entrevistas semiestruturadas, os professores e especialistas que trabalham nas salas multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado, os coordenadores e diretores das duas escolas, bem como os alunos que frequentam a sala multifuncional. Optou-se em usar nomes fictícios no decorrer do estudo a fim de preservar as informações e a identidade dos participantes.

Com os professores, especialistas, coordenadores e diretores foi proposta a realização de uma entrevista semiestruturada para verificar a forma como se dá a organização do processo de ensino e aprendizagem de conteúdos trabalhados nessas salas de atendimento especializado. As questões que nortearam o estudo refletiram sobre: I) o que se entende por inclusão; II) o que faz a escola ser inclusiva; III) como a sua prática pode auxiliar na

aprendizagem dos alunos; IV) se a educação inclusiva fez parte do currículo do ensino superior; e, também, V) as práticas pedagógicas utilizadas para estimular a aprendizagem dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Com os alunos que assentiram participar desta pesquisa propôs-se a realização de momentos de observação a fim de analisar e verificar como acontecem essas práticas pedagógicas em sala de aula e com os professores.

O processo de investigação, ora referido, permitiu realizar interpretações, análises e reflexões sobre os dados produzidos, os quais estão relacionados às situações de aprendizagem e ou atividades desenvolvidas no ensino regular e na sala multifuncional para a apropriação e aprendizagem de conhecimentos científicos. O referido espaço é o lugar social que todas as crianças ocupam e onde estabelecem relações interpessoais com os demais.

3 AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A partir da década de 90 iniciaram várias discussões sobre as políticas educacionais na área da Educação Especial. Esse processo de discussão sobre a inclusão visa atender à demanda das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no país (BRASIL, 2001), considerando a educação regular para alunos com necessidades especiais, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996).

Imbernón (2011), quando dialoga sobre a formação profissional docente, articula uma reflexão quanto aos parâmetros que definem o conceito de qualidade e sua aplicabilidade ao meio educacional. Em suas argumentações explicita que,

O conceito de qualidade educativa não é estático, não há consenso sobre seu significado nem existe um modelo único, já que depende da ideia de formação e de ensino que se tem. Durante muito tempo, e pelo fato de provir do mundo da produção, a qualidade foi interpretada como conceito absoluto, próximo às dimensões de inato e de atributo de um produto. (IMBERNÓN, 2011, p. 108).

Assim, a educação inclusiva garante a toda e qualquer criança, o direito de ter acesso à educação, principalmente de aprender em uma escolar regular, que ofereça todas as condições a fim de que o aprendizado seja efetivo. Mittler (2003, p. 16) assevera nesse sentido que,

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

A proposta da inclusão se consolida na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizada no turno inverso como um apoio às pessoas que necessitam de um atendimento especializado e individual, ou seja, para alunos com deficiências, matriculados no ensino regular. Sendo assim, esse atendimento necessita de profissionais capacitados para trabalhar em situações específicas em sala de aula, para que realmente a aprendizagem aconteça, respeitando o tempo, as habilidades e as diferenças de todos os educandos.

Quando se indagou à professora “Maria”, em sala de aula da escola regular, sobre a forma como sua prática pode auxiliar na aprendizagem dos alunos, ela relatou que,

[...] além de nós professores precisarmos aprender a adaptar o nosso planejamento em sala de aula e os procedimentos de ensino que iremos utilizar para isso, é necessário que olhamos para as competências de cada aluno e não para suas limitações ou dificuldades. Sei que isso é difícil no primeiro momento, mas se praticarmos e tivermos paciência, conseguiremos pensar em um planejamento onde privilegie essas habilidades e competências dos alunos que estão em sala de aula querendo aprender. (Entrevista A – Maria).

Já a professora Gabriela, quando questionada sobre sua prática em sala de aula, afirmou que esta pode ser melhorada e qualificada se “*[...] oferecer aprimoramento nos métodos específicos de acordo com a necessidade que cada um apresenta*” (Entrevista B – Gabriela).

Pode-se perceber, nas palavras de cada profissional, que todos buscam o mesmo resultado em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e segundo Alves et al. (2006, p. 15), “o atendimento educacional especializado constitui uma parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns”.

Dessa forma, e de acordo com a legislação vigente, a educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades que atuam de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, disponibilizando serviços e recursos para as

atividades de atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade nos ambientes de processos educacionais.

A partir das observações e entrevistas realizadas nas duas escolas da cidade de Porto Xavier, RS, pode-se perceber que os docentes estão buscando novas formações, especificamente sobre a educação inclusiva. Verifica-se, porém, por meio dos relatos, que esses se deparam com situações em que, muitas vezes, não sabem como trabalhar ou quais metodologias usar para ensinar o aluno com deficiência.

Durante a entrevista realizada com a professora Gabriela, que recentemente concluiu a especialização em Educação Especial, ao ser indagada sobre o que entendia por inclusão, a mesma relatou que para ela a

Inclusão significa buscar fazer parte, inserir algo que não está dentro. Por isso nós professores que saímos da graduação recentemente temos um conhecimento sobre o que seja essa educação inclusiva. Para mim, a educação inclusiva permite fazer que esse processo de ensino e aprendizagem aconteça, desde que eu esteja disposta a ser parceira desse processo com o aluno. Eu professora também preciso querer que meu aluno aprenda. (Entrevista B – Gabriela).

Destarte, educar na diversidade exige dos professores um redimensionamento no uso de práticas pedagógicas que valorizem e respeitem as diferenças e as diversidades de conhecimento em sala de aula. Compreende-se que o papel do educador é intervir nas atividades em que esse aluno ainda não possui autonomia, e fazê-lo se sentir capaz de realizar tais atividades. Isso somente acontecerá quando o docente tiver acesso aos diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem, para que a avaliação do conhecimento aconteça de modo coerente com as atividades, recursos selecionados e objetivos propostos.

Durante as observações e conversas informais com os professores especialistas percebeu-se que o mais importante é que todos os alunos consigam fazer as suas atividades de acordo com o seu ritmo e tempo de aprendizagem. Para isso, é necessário que a prática pedagógica de professores dialogue com ações/atividades de ensino, despertando nos alunos a vontade de se apropriar de conhecimentos e conceitos científicos. Para a professora Ana, especialista da sala multifuncional, “[...] o planejamento e a organização das metodologias e estratégias variam de acordo com a necessidade e dificuldade em aprender do aluno”. (Entrevista C – Ana).

Quando instigada sobre a forma como sua prática poderia auxiliar e beneficiar a aprendizagem dos alunos, a professora enfatizou que

[...] é preciso que o planejamento do professor da sala regular tenha uma flexibilidade em relação ao conteúdo que é trabalhado em sala de aula, para que ocorra uma participação efetiva de todos os alunos, com ou sem deficiência, nas atividades propostas em sala de aula. (Entrevista C – Ana).

Da mesma forma, para a coordenação da escola, “*com esse trabalho diferenciado lá na sala do ensino fundamental, nós aqui na sala multifuncional, conseguimos unir esses conteúdos com atividades que realmente efetivem e tenham significado para o aluno*”. (Entrevista D – Flávia).

Pode-se perceber no excerto do relato da professora Ana que o uso de uma metodologia adequada em sala de aula pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência. E, para que isso realmente se efetive, o docente precisa estar preparado para tal realidade. Com base nisso, a partir das contribuições de Carter (1999) e Tardif (2002), pode-se reconhecer que o conhecimento necessário para exercer a função de docente está ligado a uma prática pedagógica, cujos conhecimentos estão baseados e são criados durante o processo de tempo de docência, exigindo um tempo e prática no fazer docente.

Quando indagadas sobre a proposta de uma educação inclusiva e dos movimentos que visam transformar a escola regular em um espaço de inclusão, a professora Gabriela comenta que:

Estar aberta a fazer esse processo acontecer, para isso é necessário adaptar/transformar e oferecer um espaço adequado com as devidas adaptações necessárias, profissionais preparados, e o projeto político pedagógico orientador do trabalho a ser desenvolvido. (Entrevista B – Gabriela).

Já a professora Joana, docente da escolar regular, ressalta que

devemos oportunizar a qualquer aluno condições que possa estudar e conviver com os demais alunos [...] o que está faltando para efetivarmos a inclusão é dar condições para que toda a comunidade acadêmica saiba receber o aluno com deficiência e inseri-lo no ambiente escolar. (Entrevista E – Joana).

Com base nos relatos dessas professoras, que buscam o aperfeiçoamento em estudos nos programas de *Lato Sensu* a fim de obter formação na educação inclusiva, pode-se compreender que a formação é, para todas, um fator determinante na melhoria e qualidade para uma educação pública de qualidade, como assegura a Constituição Federal de 1988.

Diante disso, Mello (2009, p. 251) defende a necessidade da formação docente ao expressar que:

De todos os investimentos para a Educação Básica, a formação do professor é o de melhor custo-benefício e o que pode dar maior sustentabilidade em longo prazo para as políticas de melhoria da qualidade da educação básica. Um bom professor beneficia pelo menos 25 a 30 alunos por ano durante 25 anos.

Percebe-se, então, que a inclusão de alunos no ensino regular necessita de uma revisão na estrutura curricular dos cursos de formação. A proposta da inclusão está baseada em uma adaptação curricular que contempla ações de uma equipe multidisciplinar com vistas a dar suporte tanto aos docentes quanto aos alunos com deficiência, a fim de proporcionar efetiva inserção em todos os níveis de ensino.

Assim, é o professor que organiza a sala de aula, orienta as atividades que o aluno irá desenvolver para propiciar a aquisição de saberes e competências durante o processo de aprendizagem. O projeto pedagógico da escola, organizado por toda a comunidade escolar, direciona as ações desse professor que, necessariamente, assume o compromisso com a diversidade. Nesse contexto, o professor age como um mediador para que todos consigam construir conhecimentos com significado.

Para a coordenação da escola a formação continuada é vista como uma ação imprescindível no processo de incluir todos os alunos na escola. Durante as observações, na sala de atendimento educacional especializado, foi possível perceber que os alunos estão inseridos no contexto e que o docente responsável por esse atendimento faz uso de ações que possam propiciar e incentivar a aprendizagem a partir de atividades lúdicas.

A professora Márcia, formada em História, educadora há muitos anos e que atua em um dos turnos na Secretaria de Educação enfatiza que existem benefícios imensuráveis desse processo de inclusão para toda a comunidade:

Respeito e valorização de todos os alunos é necessário. As características individuais devem ser respeitadas. É necessário que nós professores encontremos formas adequadas para transmitir o conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada aluno de acordo com as suas necessidades e especificidades de sua deficiência. (Entrevista F – Márcia).

Sabe-se, contudo, que a adesão a práticas inclusivas, por vezes, gera medo na maioria dos professores porque o novo exige uma mudança nas práticas em sala de aula. A esse respeito, de acordo com Mantoan (2003, p. 33),

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais são: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são

habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Zulian e Freitas (2001) defendem a ideia de que para a inclusão se tornar efetiva nas escolas é necessário que a formação do docente esteja alicerçada com parcerias entre os implicados no processo educativo, no caso a escola e a família. E, principalmente, em propostas metodológicas que possibilitem a construção do conhecimento em um coletivo de sujeitos.

Glat e Nogueira (2002, p. 26), ao abordar a inclusão de alunos com deficiência na escola, enfatizam que:

[...] a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca desse possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

Nessa perspectiva de inclusão, a Lei de Diretrizes e Bases (1996), em seu art. 59, expressa que a formação de professores torna-se indispensável. Evidencia, assim, a necessidade de “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” para efetivamente dialogar com as necessidades de cada sujeito inserido na sala do ensino regular.

Entrevistas realizadas com os professores, especialistas, coordenação e gestores da escola reafirmam que quando a escola possui um processo inclusivo, onde todos efetivamente participam, os alunos com deficiência conseguem estabelecer vínculos muito fortes de amizade com os profissionais e colegas da turma, desenvolvendo assim aptidões físicas e cognitivas para a (re) construção do conhecimento.

Pode-se, então, concluir, de acordo com Stainback e Stainback (1999, p. 23), que os benefícios da Educação Inclusiva são extensivos a todos os envolvidos e não apenas aos alunos deficientes, pois “os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças individuais entre seus pares”. Para isso, o processo de inclusão não pode ser ignorado em nenhuma instituição de ensino, mas precisa ser reorganizado e transformado a fim de receber todos com um ensino de qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (2001), uma escola inclusiva requer uma nova postura das escolas de ensino regular proposta no Projeto Político-Pedagógico, no currículo, nas metodologias usadas pelos professores, na avaliação realizada e, principalmente, nas estratégias de ensino e avaliação com todos os alunos com ou sem deficiência. Essas medidas promoverão ações que favoreçam a inclusão e as práticas educativas para atender todo o aluno das escolas.

O estudo ora realizado possibilitou reflexões sobre a formação dos professores para o atendimento de crianças com deficiências nas escolas de ensino regular. Alves (2004) afirma que a tarefa do educador é ensinar a ver. É nesse olhar que se consegue perceber e enxergar as diferenças entre as coisas e as pessoas e é nesse ver que se pode perceber a beleza das diferenças. Diferenças que cada vez mais estarão nas salas de aula, que terão a presença de alunos com deficiência. Para isso, é necessário olhar para a escola com uma percepção diferenciada e permitir que esse espaço seja verdadeiramente para todos, propiciando o acesso e a permanência sem distinção.

Reconhece-se que o papel do educador nesse espaço é de suma importância. Buscar uma formação específica para trabalhar com essa diversidade é propiciar uma reorganização na escola, a fim de favorecer a efetiva inclusão de todos no espaço educativo. Essa inclusão pretendida e defendida no decorrer deste estudo implica pensar na escola que receba todos os alunos e que propicie oportunidades educacionais que valorizem o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos.

Considerando que todo o educador precisa reorganizar o seu planejamento, respeitando o tempo de cada aluno e, assim, organizar estratégias de ensino diferenciadas para favorecer o pleno desenvolvimento de todos os alunos, Tardif (2002) enfatiza que existe ainda uma grande dificuldade por parte de muitos professores em trabalhar de forma interativa com os saberes em salas de aula.

Freire (2011, p. 30-31) enfatiza a esse respeito que “enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho; intervindo educo e me educo”.

Conclui-se o estudo com a expectativa de que ele possa contribuir para a discussão e o debate sobre a inclusão de sujeitos com deficiência nas escolas de ensino regular, respeitando a grande diversidade hoje existente nesse meio. Ressalta-se que os pontos ora levantados não

esgotam as possibilidades e a necessidade de discussão sobre a formação de professores, tampouco as mudanças nas práticas pedagógicas para a efetivação da escola inclusiva.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006. 36 p.

ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e a arte de aprender.** Campinas, SP: Educar, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF: SEE SP, 2001. 78 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEE SP, 2008.

CARTER. Marisa V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio de Lima. Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar.** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação de professores. In: PINHO, Sheila Zambello de (Org.). **Formação de educadores:** o papel do educador e sua formação. São Paulo: Unesp, 2009. p. 251-255.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M.; MARINS, S. (Orgs.) **Escola inclusiva.** São Carlos, SP: Ed. UFSCar, 2002, p. 61-85.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. São Paulo: Artmed, 2003.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.


ZULIAN, Margaret Simone; FREITAS, Soraia Napoleão. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista do Centro de Educação**, 2001, nº 18.

ANEXOS

Anexo I


DIRETRIZES PARA PUBLICAÇÃO DA REVISTA

Submissões <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/about/...>



Educação Por Escrito

Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

LANGUAGE 

USUÁRIO
Login
Senha
☐ Lembrar usuário

CONTEÚDO DA REVISTA
Pesquisa
Escopo da Busca

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por título
- Outras revistas

INFORMAÇÕES

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

TAMANHO DE FONTE

[Ajuda do sistema](#)
[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL

ANTERIORES PORTAL DE PERIÓDICOS DA PUCRS

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

Submissões

- » [Submissões Online](#)
- » [Diretrizes para Autores](#)
- » [Declaração de Direito Autoral](#)
- » [Política de Privacidade](#)

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Educação Por Escrito?
[ACESSO](#)

Não tem login/senha?
[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

Para submeter o seu trabalho, inicialmente, preencha os metadados na sua totalidade.

Os trabalhos submetidos deverão ser inéditos e versarem sobre educação, ensino e interdisciplinaridade, tendo a seguinte estrutura física e metodológica:

ARTIGOS CIENTÍFICOS – apresentados em forma de revisão de literatura ou relato de pesquisa (de 12 a 20 laudas);

RESENHAS DE LIVROS – serão aceitas resenhas de livros nacionais com até 2 anos de publicação e de livros internacionais com até 3 anos de publicação (máximo de 6 laudas);

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES – publicadas nos últimos 05 anos (de 3 a 6 laudas);

ENSAIOS – temáticas vinculadas à educação e ao ensino (2 a 4 laudas).

ESTRUTURA:

Os autores devem encaminhar o trabalho digitado em processador de texto (Microsoft Word ou Open Office), em fonte Times New Roman, tamanho 12.

Os textos serão digitados em espaço 1,5, em folha A4 (210mm X 297 mm), com margens esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, alinhamento justificado e numeração arábica das páginas na parte superior/direita.

Indicar o início de parágrafo e alíneas com recuo de 1,25cm, observando as normas vigentes na ABNT.

Na apresentação, o trabalho deve trazer:

a) Uma **Página de Rosto** em que conste a seção a que se destina; título e

autor(es) - titulação e instituição de origem, endereço de correspondência e de correio eletrônico.

b) **Título** no idioma do trabalho e em inglês.

c) Subtítulos, quando necessário no idioma do trabalho e em inglês.

d) **RESUMO** no idioma do trabalho e em inglês, com no máximo 250 palavras.

e) **PALAVRAS-CHAVE** no idioma do trabalho e inglês, de 3 a 5 palavras.

f) **NOTAS DE RODAPÉ** - não devem conter referências bibliográficas.

g) As imagens usadas no texto devem ser ter extensão JPG (com 180 ou 360 DPIs, no mínimo de resolução), fazendo referência aos créditos e às fontes segundo a ABNT.

f) As ilustrações, tabelas e gráficos devem ser feitas como elementos do próprio editor de texto.

g) As Referências devem ser apresentadas no final do texto, obedecendo às normas da ABNT.

A correção dos artigos e dos trabalhos ficará sob a responsabilidade do autor. As idéias apresentadas nos textos são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os direitos das edições dos artigos científicos e dos trabalhos efetivamente publicados automaticamente, no momento da submissão, serão transferidos para a Revista, sendo autorizada a reprodução mediante indicação de fonte.

Os trabalhos devem ser enviados **exclusivamente por meio eletrônico através do sistema**. Se o trabalho for devolvido ao(s) autor(es) para revisão e correção e não retornar dentro do prazo estipulado, o processo de publicação será cancelado.

Os trabalhos somente serão publicados após parecer do Conselho Editorial da Revista. Os originais ainda não publicados não serão devolvidos aos autores. Caso seu trabalho obtenha do Conselho pareceres favoráveis à publicação, será editado e publicado.

A revista recebe submissões em fluxo contínuo.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- 1.
2. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
3. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 10MB).
4. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs) incluídas no texto estão ativos e prontos para clicar (Ex.: <http://www.ibict.br>).
5. O texto segue os padrões descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da Revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Asegurando a Avaliação por Pares Cega.

Declaração de Direito Autoral

Direitos Autorais para artigos publicados nesta revista são do autor, com direitos da primeira publicação para a Revista. Em virtude dos artigos aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais e não-comerciais.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.

e-ISSN 2179-8435

Copyright: © 2015 EDIPUCRS



DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS



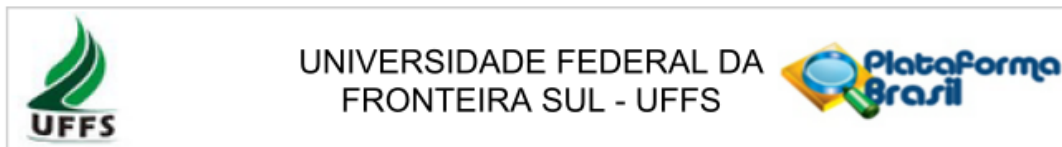
Este periódico é membro do COPE (*Committee on Publication Ethics*) e adere aos seus princípios. <http://www.publicationethics.org>



Exceto onde especificado diferentemente, a matéria publicada neste periódico é licenciada sob forma de uma [licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Anexo II

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisador: Cleusa Inês Ziesmann

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 48911115.6.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.308.803

Apresentação do Projeto:

Adequado à Resolução 466/12, após correções recomendadas pelo CEP/UFFS e efetuadas pelo(a) pesquisador(a) (para detalhes, rever parecer consubstanciado Número 1.282.095, Data da Relatoria 15 de Outubro de 2015).

Objetivo da Pesquisa:

Adequado à Resolução 466/12, após correções recomendadas pelo CEP/UFFS e efetuadas pelo(a) pesquisador(a) (para detalhes, rever parecer consubstanciado Número 1.282.095, Data da Relatoria 15 de Outubro de 2015).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequado à Resolução 466/12, após correções recomendadas pelo CEP/UFFS e efetuadas pelo(a) pesquisador(a) (para detalhes, rever parecer consubstanciado Número 1.282.095, Data da Relatoria 15 de Outubro de 2015).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Adequado à Resolução 466/12, após correções recomendadas pelo CEP/UFFS e efetuadas pelo(a) pesquisador(a) (para detalhes, rever parecer consubstanciado Número 1.282.095, Data da Relatoria 15 de Outubro de 2015).

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 1.308.803

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequado à Resolução 466/12, após correções recomendadas pelo CEP/UFFS e efetuadas pelo(a) pesquisador(a) (para detalhes, rever parecer consubstanciado Número 1.282.095, Data da Relatoria 15 de Outubro de 2015).

Recomendações:

Adequado à Resolução 466/12, após correções recomendadas pelo CEP/UFFS e efetuadas pelo(a) pesquisador(a) (para detalhes, rever parecer consubstanciado Número 1.282.095, Data da Relatoria 15 de Outubro de 2015).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram devidamente consideradas e corrigidas pelo(a) pesquisador(a), conforme sinalizado na carta de pendências e demonstrado nos anexos novamente incluídos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução CNS 466 de 12/12/2012, a Norma Operacional CNS 001/2013 e o Capítulo III da Resolução CNS 251/1997. A página do CEP/UFFS apresenta alguns pontos no documento “Deveres do Pesquisador”.

Lembre-se que:

1. No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra. Veja modelo na página do CEP/UFFS. Um novo relatório parcial deverá ser enviado a cada 6 meses, até que seja enviado o relatório final.
2. Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP por meio de EMENDA, na Plataforma Brasil. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 1.308.803

3. Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicização dos resultados. Veja modelo na página do CEP/UFFS.

Em caso de dúvida:

Contate o CEP/UFFS: (49) 2049-3745 (8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00) ou cep.uffs@uffs.edu.br;

Contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitando ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta;

Contate a "central de suporte" da Plataforma Brasil, clicando no ícone no canto superior direito da página eletrônica da Plataforma Brasil. O atendimento é online.

Boa pesquisa!

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_556920.pdf	27/10/2015 12:53:22		Aceito
Outros	oficio_novo.pdf	27/10/2015 12:52:29	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_modificado.pdf	27/10/2015 12:51:30	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	27/10/2015 12:50:20	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	27/10/2015 11:42:22	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	assentimento_novo.pdf	27/10/2015 11:41:16	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmenor_modificado.pdf	27/10/2015 11:40:52	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
Outros	observacao_novo.pdf	05/10/2015 16:33:01	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECÓ

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 1.308.803

Outros	entrevista_modificada.pdf	05/10/2015 16:24:12	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
Outros	analise_documental_novo.pdf	05/10/2015 16:22:28	Cleusa Inês Ziesmann	Aceito
Outros	escola francisco xavier.PDF	18/07/2015 22:38:29		Aceito
Outros	escola fiovarante.PDF	18/07/2015 22:38:17		Aceito
Outros	curriculo cleusa.pdf	18/07/2015 22:37:43		Aceito
Outros	curriculo andreia.pdf	18/07/2015 22:37:19		Aceito
Outros	1.Anexo_Modelo_Imagem_Voz.pdf	18/07/2015 22:36:48		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 04 de Novembro de 2015

Assinado por:

Valéria Silvana Faganello Madureira
(Coordenador)

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

APÊNDICES

Apêndice I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Tema de pesquisa: Formação de professores para o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais na Educação Básica.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade: _____ anos

Vida acadêmica

Formação: _____

Qual Instituição fez a graduação? _____

() Presencial () Ensino a distância – EAD

Especialização: () sim () não

Instituição de Ensino: _____

Mestrado: () sim () não

Instituição de Ensino: _____

Doutorado: () sim () não

Instituição de Ensino: _____

Quantos anos atua como docente? () menos de 3 anos

() de 3 a 5 anos

() mais de 5 anos

☞ O que você entende por inclusão?

☞ O que faz uma escola ser inclusiva? Ou O que é preciso fazer para transformar a escola regular em um espaço preparado para trabalhar com alunos com deficiência?

☞ Como a escola se preparou para atender as demandas e ao mesmo tempo, obedecer a legislação existente sobre a inclusão e acessibilidade?

👉 Você tem alguma formação para atender alunos com necessidades educativas específicas? Se tem, qual? Pretendes fazer? Qual área?

👉 Como a sua prática pode auxiliar na aprendizagem dos seus alunos/as?

👉 Que benefícios a inclusão traz a alunos e professores?

👉 Como a Secretaria de Educação vem trabalhando a questão da formação continuada dos professores da rede para que os mesmos entendam e saibam lidar com as necessidades educacionais especiais dos alunos matriculados na escola?

👉 A avaliação de alunos com necessidade educativa especial deve ser diferenciada? E como você organiza a avaliação em seu componente?

👉 Em sua opinião, como está a inclusão no Brasil hoje?

👉 Qual foi a sua maior vitória em todos esses anos de dedicação na educação pensando os espaços de educação inclusiva?

👉 Deseja deixar algum depoimento ou outra informação que acha pertinente para meu estudo?

Obrigada por participar do meu estudo com suas considerações.

Andreia Rotta